

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente
BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo
MAURO GUIMARÃES — Diretor
FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe
MARCOS SÁ CORRÉA — Editor
FLÁVIO PINHEIRO — Editor Assistente
JOSÉ SILVEIRA — Secretário Executivo

Volta à racionalidade ECONOMIA-BRASIL

A desvalorização da moeda não é um fato que deva ser comemorado com fanfarras, porque revela a volta da inflação ou a incapacidade do produto nacional para competir com o produto estrangeiro. Há momentos, porém, em que a racionalidade torna-se tão distante que a desvalorização deve ser comemorada. Estamos vivendo um desses momentos.

Não importa se por motivos políticos, ou por divergências entre diferentes tendências e correntes filosóficas entre os pais do cruzado: a verdade é que a economia brasileira enveredou por um engessamento perigoso e crescente, com todos os preços dos produtos e serviços girando em torno do mito e do sonho de que poderíamos, da noite para o dia, chegar a uma inflação suíça com uma taxa japonesa no crescimento do produto bruto.

O estampido das boiadas renitentes demonstrou que a lei da oferta e da procura não pode ser revogada por decreto. Agora, a performance preocupante do comércio exterior, dos investimentos diretos de capital estrangeiro e a simples relação salário-câmbio forçaram o governo a mexer na taxa cambial, desvalorizando a moeda em 1,8%.

Os bons sinais de que a racionalidade voltou a empurrar as decisões econômicas começaram um pouco antes, ao longo desta mesma semana, com o pronunciamento do Presidente José Sarney na Confederação Nacional da Indústria. O Presidente declarou que a resposta ao crescimento do consumo não é o aumento dos impostos ou a contenção do consumo, mas a expansão da produção. E negou-se a embarcar numa política recessiva, no que deveria contar com todo o apoio da nação.

Infelizmente, a taxa de câmbio e os pronunciamentos do Presidente resolvem apenas uma parte do problema. Ambos tocam só na ponta de um iceberg onde pode-se relacionar desde a necessidade de novos mecanismos operacionais para o comércio exterior e os operadores de câmbio, até as contas do tesouro, cujos desequilíbrios começam a provocar o aumento de subsídios e terminam por privilegiar o estado e as empresas públicas.

Uma boa parte dos problemas resume-se no desalinhamento dos chamados preços relativos desde o início do congelamento. Esse desalinhamento é um dos motores do ágio, que por sua vez realimenta a psicologia inflacionária, levando toda a sociedade a desconfiar da estabilidade da moeda e a pensar como nos velhos tempos das remarcavações generalizadas e da corrida entre salários e preços.

O sinal da desvalorização da moeda deveria ser entendido como uma tácita confissão de que o Governo precisa realinhar outros preços relativos, para salvar seu próprio plano de estabilidade. Quanto maior for a resistência em admitir que ainda convivemos com imperfeições, que subsiste uma inflação reprimida no país, agravada pelos aumentos de salários reais, maior será o

salto dos preços da hora do descongelamento, podendo-se repetir aqui o que ocorreu na Argentina, onde o custo de vida deu um pulo drástico, torpedeando da noite para o dia a credibilidade do austral.

Ao descongelar o cruzado, o Governo dá um passo importante, demonstrando também que não teme o julgamento das urnas ao praticar o realismo com a moeda. Para que o remédio não fique em doses homeopáticas, será preciso atacar rápido e de frente os outros grandes obstáculos ao sucesso do cruzado. Dois deles são o endividamento externo e o fluxo de investimentos estrangeiros. Estamos perdendo capital, perigosamente e não se pode dizer que isso ocorre somente porque vem por aí uma Constituinte.

Existem motivos pragmáticos que influem na tomada de decisão das empresas, como o maior ou menor estímulo fiscal aos investimentos de capital fixo ou de empréstimo. É preciso corrigir a tributação para levar em conta não apenas as mudanças fiscais feitas nos Estados Unidos, onde foram modificados os critérios de dedução dos pagamentos de impostos de subsídios ao fisco no exterior, mas ainda para estimular a permanência — não o giro — do capital estrangeiro no Brasil.

Uma retórica menos inflamada na renegociação da dívida externa também contribuirá para que o país chegue ao fim do ano menos sujeito a influências negativas no desempenho da balança comercial. O realismo cambial por certo irá contribuir para que o ministro da Fazenda recupere uma credibilidade de sustentação difícil, na medida que não reconhecesse as realidades de mercado à sua volta. A perda de reservas de caixa, que vinha se acelerando, o aumento desordenado e desenfreado do consumo, o aumento das importações e uma queda continuada nos saldos da balança comercial, de cerca de meio bilhão de dólares no trimestre junho-agosto comparado com igual período do ano passado, não são ficções nem invenções de inimigos do cruzado.

A desvalorização da moeda deve ser acompanhada por um conjunto de medidas que devolvam racionalidade à economia. Se o consumo continuar em disparada, não sobrarão bens para exportar, e a taxa de câmbio não poderá fazer todas as mágicas necessárias para equilibrar a frente externa. O reconhecimento dos problemas de consumo do Governo, que cada vez mais recorre a subsídios, é outro passo importante. Se as pressões da demanda estatal continuarem a distorcer as relações entre o setor privado, cujos preços continuam congelados, e o setor público, então estaremos apenas piorando o cenário. Estaremos abrindo espaços para aumentos de custos dos quais o Governo se absolve via subsídios, enquanto os particulares têm que digerir sem qualquer suporte. Os limites para o aumento da produtividade do setor privado, enquanto o estado se banqueteia com facilidades, não são infinitos.